

ACEDI - P. I. B.  
DATA 31/12/86  
COD. 63000017

Brasília 9 de maio de 1982

Exmo. Sr. Ministro do Interior,

Após mais de quatro séculos, de exploração, expropriação e discriminação trazidos com os primeiros homens brancos que atracaram neste continente, os primeiros povos desta terra têm neste dia 9 de junho de 1982, a alegria de verem concluir o Iº ENCONTRO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, coordenado e programado pelos próprios índios. Mais de 200 líderes, caciques e representantes de suas aldeias, juntos buscam tão somente levantar os problemas e denunciar irregularidades, como também propor soluções, soluções essas que fazem parte deste documento, cujo original foi entregue ao presidente da FUNAI- Coronel Paulo M. Leal.

Sentimos grande alegria, quando vimos ir embora o João Carlos Nobre da Veiga e em seu lugar, chegar o Cel. Paulo M. Leal, homem íntegro e que transmite confiança a todos os líderes presentes neste encontro. Apesar do Nobre da Veiga ter ido, ficaram ainda seus restos, pessoas que não são de confiança dos indígenas e principalmente porque tememos que esse grupo anti-índio seja capaz de criar situações embaraçosas para o atual presidente e conseqüentemente, fazê-lo sair da função que exerce, para prejuízo de todos os índios no Brasil.

Assim sendo, como líderes e autoridades de nossas comunidades, queremos manifestar essas preocupações, enaltecer o trabalho de Paulo Leal e requerer de V. Excia. um compromisso de apoio, sustentação a esse homem que é de nossa confiança, por outro lado, queremos pedir o afastamento da FUNAI dos seguintes elementos: Zanoni, Corrêa, Anael, Barbeittas, Hildegarth, Ximenez, Walter Prates, Jurandir e Andrade Leal, substituindo-os por pessoas coerentes, capazes e que lutam pelos interesses indígenas. Queremos que V. Exa. considere nosso pedido, que proceda das mais altas autoridades indígenas, dentro da sinceridade e verdade, que buscam a Integração justa e harmoniosa dentro da Nação Brasileira. A demissão desses elementos será de grande valor para os indígenas e irá proporcionar cada vez mais, a confiança de todos nós na sua

I ENCONTRO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

pessoa à frente do MINTER.

- 3) Alvaro Fernandes Sampaio - TUKANO - Am.
- 4 Nelson Jacinto Xinguen - NO NO ai-R-S
- River André Ramos P. J. P. Pr.
- Francisco Luiz dos Santos Cimitón
- Adelino Lopes
- Antonio Xavier E. P. J. S. G.
- Edelvírio
- Alfredo Moreno de Freitas - WISSU MC

Severino Fernandes da Silva Poliquara

Deo etúdas Ferreira Carvalho T. B. S. atre  
ma. 11/3

Comato Lopez da Paz tribo Gatare

José Proença dos Santos XOKO  
 Amato Tundawari Kichobô Xowante M.T.  
 Departamento Secretaria do Sul  
 vi-tolia Vianuacci Feis Município  
 D. B. B. Santa Catarina

Marcelino Ferraz  
Cláudio Assunção  
Rostand de Sá  
Kleber de Sá

~~Cláudio Assunção~~  
Cláudio Assunção  
Cláudio Assunção  
Cláudio Assunção

Araceli Nery  
Simpliciano  
Agostinho da Silva  
Cláudio Assunção

Amácia Gabriel

TERENA  
Terena  
Terena  
Terena

Paric  
Terena

Terena

TERENA

TERENA

Os representantes de povos indígenas da região norte do Brasil debateram em conjunto os problemas de suas comunidades e procuraram fornecer soluções para as dificuldades que enfrentam. Nas colocações de diferentes caciques ficou bem claro que há uma grande insatisfação com o desempenho de certos funcionários da FUNAI, tanto a nível de posto como de delegacia, como na própria sede. Porém, não se trata de condenar a FUNAI como um todo (uma vez que esse é o órgão do governo brasileiro encarregado por direito de dar assistência aos índios e que no momento presente parece não haver alternativa de fazer uma FUNAI indígena, onde o próprio índio se encarregue dos problemas de seus patrícios), mas sim alguns elementos que dentro da FUNAI tomam iniciativas que contrariam os interesses dos indígenas. A FUNAI pode ser muito boa ou muito ruim dependendo do funcionário que a represente na área, seja chefe de posto, delegado ou diretor de departamento em Brasília. Marcos Terena e o cacique Karppuna lembraram da idéia de um dos participantes que nesses debates eles deveriam pensar sobre a FUNAI como um encanamento que está apresentando algum defeito e que é preciso localizar o vazamento. Todos os caciques concordaram que desde o início da administração do cel. Paulo Moreira Leal houve uma grande melhora na FUNAI em comparação com o período anterior do cel. Nobre da Veiga, inimigo declarado dos índios. Mas as iniciativas positivas tomadas pelo cel. Leal são prejudicadas por elementos que dentro da FUNAI trabalham contra ele e prejudicam sempre que podem os índios. É preciso então que os caciques localizem onde está o defeito do encanamento, aonde os benefícios que são mandados para as tribos são perdidos e desviados.

Vários caciques falaram sobre a atuação de chefes de posto em suas áreas. Ficou claro para todos que são os caciques que devem mandar nas suas comunidades, não chefe do posto, missionário ou outro. O chefe do Posto tem que trabalhar junto e de acordo com a comunidade em que está, ouvindo e consultando os seus líderes, respeitando os seus costumes e seus desejos. Quando o chefe de Posto não faz isso e quer ficar só ganhando o dinheiro à custa do índio deve ser posto para fora daquela comunidade. ~~XXXXXXXXXX~~  
~~tá, ouvindo e consultando os seus líderes~~ Os representantes dos

Arquivo  
ISA

Sateré-Mawé e dos Ticuna deram uma relação de chefes de Posto que eles querem que vá embora de suas áreas porque só fazem prejudicar o índio.

Um outro problema na atuação da FUNAI existe em certos elementos que ficam na direção do órgão em Brasília. Foi citado por várias vezes o cel. Ivan Zanoni, assessor:chefe da AGESP, que não gosta dos índios e que só está fazendo tudo contra as tribos. A sua idéia de dizer quem é ou não é índio através da análise do sangue foi qualificada como monstruosa. Os caciques disseram claramente que são índios por sua língua e seus costumes, o documento do índio são os seus avós e tataravós que seguiam o seu modo de vida muito antes que o branco viesse perturbá-los, invadir as suas terras, destruir a sua verdadeira religião e impor a miscigenação e a mestiçagem. Os representantes das tribos no norte recusaram-se a admitir em suas comunidades a pesquisa dos indicadores de indianidade e acham que é muito errado que a FUNAI gaste dinheiro nessas besteiras enquanto falta remédios, es<sup>cola</sup> e instrumentos agrícolas na maioria das comunidades. Foi qualificada como absurda a idéia de falar da emancipação de qualquer grupo indígena brasileiro, que não tem nenhum grupo preparado para isso. Todos iriam sofrer muito com essa medida, não importa se já forem bilíngues, aculturados ou mestiçados. De qualquer maneira o índio deve ter o direito de permanecer índio, onde quiser manter a sua cultura, o seu modo de vida e tradições. Por fim, todos pediram o afastamento do cel. Zanoni e a suspensão imediata dos estudos sobre os indicadores de indianidade, bem como condenaram toda e qualquer intenção de aplicar a emancipação de qualquer grupo indígena.

Foram constantemente ressaltados pelos caciques os problemas de demarcação de terras, de saúde e de educação. Sobre as terras, existe em muitas áreas uma delimitação projetada que deve ser sempre feita de acordo com os interesses dos índios e que precisa com toda urgência ser realizada logo, antes que surjam novos atritos com invasores brancos. É necessário parar com as promessas e fazer logo a demarcação das terras dos índios, entregando aos líderes das comunidades todos os documentos que falam sobre os seus direitos àquela terra, tornando-os conscientes e preparados para garantir os seus recursos de sobrevivência.

Na maioria dos relatos dos caciques foi indicada a ausência completa ou a atuação fraca da FUNAI na questão da educação, enfatizando-se a grande importância que esta tem para\* eles; alguns falaram do papel da educação na formação de jovens e na preparação de brasileiros capacitados para ajudar a desenvolver o seu país; lembraram que essa educação não pode ser dirigida para desaptar o índio de sua cultura ou para fazê-lo me nosprezar o trabalho agrícola; não pode servir para criar a divisão dentro da própria família indígena, nem favorecer a oposição entre as gerações, menos ainda estimular a destribalização.

To<sup>dos</sup> os caciques afirmaram que ninguém pode impedir a organização independente dos índios, que isso é um fator de união, força e conscientização importante para todos. Não é FUNAI, nem missionário, nem ninguém que pode impedir o índio de fazer as suas reuniões quando e onde quiser, visitar os seus\* irmãos de outras aldeias e outras tribos.

Alguns caciques lembraram que às vezes os problemas nas áreas são criados não por elementos da FUNAI, mas por outros órgãos do próprio governo. Foram citadas entidades que, sem autorização e consulta dos líderes indígenas, penetram em suas aldeias, devastando os seus recursos naturais, forçando os índios a participar de projetos que são contra a sua cultura. Assim ocorreu com a ação nociva da Petrobrás na área dos Sateré Mawé e dos Mundurucu, e do governo do território de Roraima (e de alguns de seus municípios).

Foi enfatizado que mais do que nunca deve-se fazer pressão para que os índios assumam sua posição própria e mostrem que não são manipulados e que a organização indígena tem o dever de defender os povos indígenas que não têm condições de reivindicar os seus direitos, como os Yanomami, Waimiri+Atroari, Canamari, etc.

Observou-se que o Estatuto do Índio, mesmo sendo uma lei feita por brancos, não é obedecida por eles e que cabe aos índios pressionar o branco para que observe a lei que ele próprio elaborou.

---

Mancel Cardoso - MUNDURUKI

---

Claudio - YANOMAMI

---

Donato Lopes da Paz - GATERÉ-MAWÉ

---

Deoclides Ferreira Carvalho - GATERÉ-MAWÉ

---

Clóvis Anrócio - WAPIKANA

---

Pedro Inácio - TIKUNA

---

Américo Dubeccis - TIKUNA

---

Aureliano Mendes - TIKUNA

---

Armando Manoel - TIKUNA

---

Leonilic Clemente Lima - TIKUNA

---

Quintino Emílio - TIKUNA

---

Terêncio Luiz da Silva - KAKUXI

---

Maria Miquelina - TU KANO

---

Emílio Leôncio - PALIKUR

---

Mancel Guilherme - SALISI

---

Mancel Primo dos Santos - KARIFUNA

---

Lino Pereira Cordeiro - MIRANHA

---

Paulo Tikuna - TIKUNA

---



1º ENCONTRO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Reunião do dia 07 de junho de 1982 em Brasília

Região Sul:

Presentes:

Riva André Ramos- P.I. Palmas- Cacique  
 Francisco Luiz dos Santos P.I. Mangueirinha  
 Aristides Faustino Cliri- P.I. Ibirama  
 Olimpio Veitchá Priprá- P.I. Ibirama  
 Vêi-tchá Uvanhêcctü Têiê- P.I. Ibirama  
 Antonio Caxias Popó- P.I. Ibirama- Cacique  
 Eâu Friprá- P.I. Ibirama  
 Jorge Zanharó- P.I. Nonoaí  
 João Elias Kokai- P.I. Nonoaí  
 Nelson Jacinto Xangrê- P.I. Nonoaí  
 Adelino Lopes- P.I. Nonoaí- Cacique  
 Floriano Arimbã- P.I. Nonoaí.

Problemas enfrentados e reivindicações:

Terras:

Mangueirinha: 6 mil alqueires de terra coberta de madeira, vendida pelo Governador Moisés Lupion, ao Grupo Empresarial Slaviero S.A. Nós índios Kaingang e Guarani fomos expropriados. Estas terras precisam retornar logo para nós índios; queremos transformar esta área de terra em parque indígena.

Palmas: Aproximadamente 80 alqueires de terra grilada pelo chefe de posto Vismark Costa Lima (S.P.I.); Funai não tem atuação para devolver estas terras, uma vez que existe títulos destas terras em Cartório.

Ibirama: Terras invadidas por barragem que está sendo construída pelo D.N.C.S. Nós não participamos da comissão que elaborou o acordo e propôs o preço para indenização; Com a barragem nós, Xokleng, estamos perdendo a maior parte das terras férteis.

Nonoaí: Existem 2.000 alqueires nas mãos do fazendeiro Artur Dalastra; reivindicamos devolução imediata destas terras; a Funai está muito parado e não haze em favor do índio.

Pei-kãg: Terras griladas pelo Estado (1941); antes era tudo uma área só de Nonoaí até o Rio da Várzea; o Governo tirou 19.000 hectares dos Kaingangs e Guaranis de Nonoaí. A Funai nada pra nos devolver estas terras; cerca de 20 famílias permanecem nesta aldeia (Pei-kãg) apesar da perseguição dos Guardas Florestais do Estado. A Secretaria da Agricultura organizou um Parque Florestal (Nonoaí), e não podemos usufruir de seus recursos, nem sequer tirar taquara para fazer artesanato. Queremos as terras de volta e segurança para cultivar nossas roças.

Região Bugio: Não tem assistência nenhuma da Funai não há escola, Enfermaria, Posto, nem sequer garantia de Habitação, pois a Funai insiste em mudar os índios para outro local, sem dar explicações.

Barragens: Varias barragens estão sendo construídas no Sul e as áreas escolhidas são sempre em nossas terras. Em Ligeiro Ibirama, Mangueirinha e em tantas áreas nós estamos perdendo terras para formação de barragens; não recebemos outras terras contíguas às nossas reservas e nem somos indenizados. Os Xokleng de Ibirama querem rever o preço estipulado para indenização pois não foram chamados no momento da decisão. Foi comprovado por documentos que o D.N.O.S. já pagou R\$ 30.199.000,00 à Funai mas que os índios até o momento não viram este dinheiro nem tiveram outras reivindicações atendidas ( construção de estrada, de escola e Enfermaria ). Disseram que a Funai precisa respeitar a vontade de índio e querem participar das decisões sobre seus recursos.

Exploração de Madeira: A Funai mantém Serrarias em muitas reservas e está explorando o pouco que ainda resta de floresta; normalmente o I.B.D.F. libera a extração de Madeiras mortas e desvitalizadas, mas na prática isto não acontece, nós não concordamos com a devastação que está sendo feita e achamos que os Caciques é que devem decidir com a Comunidade sobre que extraíu; queremos apoio para fazer nossos roças pois assim não precisamos extrair os recursos. Acusamos que há desvio de madeira e que os índios não são chamados a participar na aplicação do dinheiro ganho com a exploração de madeira.

Saúde: Há variação no atendimento; em algumas reservas existem auxiliares de Enfermagem e Enfermaria mas, em outras não; não temos recursos próprios para enfrentar os problemas de saúde e precisamos de apoio neste sentido.

Educação: Existem muitas crianças índias sem escolas; achamos que hoje os índios precisam de Instrução: a Funai deveria dar atendimento a todos.

Palavras do Cacique: O Cacique Aristides Faustino Clári, representando o Kaingang de Ibirama disse: " me considero o mais velho ( da reunião ) e vou apoiar tudo o que foi falado para o bem do povo indígena. Como falo muito a Funai me colocou como funcionário, para que eu parasse de falar. Mas eu não vou parar por causa de dinheiro, não vou deixar meus parentes sofrer".

Organização Indígena: Denunciamos que a Funai tem hoje uma política de divisinismo entre as lideranças; muitos chefes de posto não respeitam as autoridades indígenas. Muitos antigos servidores (do tempo do S.P.I.), foram chamados pela Funai para melhor controlar os líderes indígenas. Exigimos a demarcação das terras do Sul que na maior parte não estão demarcadas. com a nossa união poderemos inclusive fazer um estatuto próprio já que este estatuto que está aí (Lei 6.001) não foi feito por nós. Enfatizamos ainda que o índio não deve ter medo de se organizar porque só unidos teremos força mesmo que a Funai nos chame de rebeldes, de revoltosos; devemos perseguir a verdade.

Demissão do Delegado: Por causa de todos os problemas que existem na região, que não estão sendo resolvidos pela 4ª Delegacia Regional, pede-se a demissão do Delegado de Curitiba, Senhor Harri Avila Telles, que muitos prejuízos tem causados aos índios.



A U.N.I. deve encaminhar e lutar por nossos direitos.

Coordenador - Francisco Luiz dos Santos

*Francisco Luiz dos Santos*

Secretários - Olímpio Veitché Pripré

*Olímpio Veitché Pripré*

Edu Pripré

*Edu Pripré*

Orador - Nelson Jacinto Xangrê

*Nelson Jacinto Xangrê*

GRUPO LESTE

Participaram deste grupo os índios tupi-guarani e krenak dos Estados de São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais estando representadas as aldeias da Barragem, Rio Silveira, Rio Branco, M-Boi-Mirim, Pró-Mirim, Cru-cutu, Boa Esperança e Resplendor pelos índios:

José Alfredo de Oliveira (Remi), Augusto Paulino (Iajirum), Nelson da Silva Gonçalves, João Carvalho (Karay Membi), Valdelino Cordeiro Verissimo (Karay-Tataindé), Nivaldo Martins da Silva (Karay), José Fernandes (Wera-Pepó), Samuel Bento dos Santos (Avá-Dedjocó), Sebastião Tupãmirim, Geraldo de Oliveira Paula (Verá), Altino dos Santos (Werá-Mirim), Moacir Augusto (Karay) , Tiago Oliveira dos Santos, , Onório Martins (Karay-Djeguacá), Fidelis dos Santos (Werá) , Manoel da Silva (Werá), Anísio (Tupã-Mirim).

Começamos a reunião de nossa região elegendo um coordenador e em seguida os diferentes representantes fizeram uma exposição da situação em suas respectivas aldeias. Acharmos muito importante uma reunião como esta nossa aqui onde podemos nos reunir com os outros líderes Guarani e krenak e com os outros representantes das comunidades indígenas de todo o Brasil. A importância de ter representantes de todos os grupos que voltando às suas aldeias poderão informar aqueles que não assistiram a reunião. Chegamos a conclusão de que os problemas de todas as tribos aqui presentes resume-se praticamente em torno dos problemas das terras que pertencem aos índios. Por isso, nos representantes e caciques destas duas tribos queremos manifestar-nos, e dizer que nossas terras estão até agora sem solução, pois, a Fundação Nacional do Índio ainda não resolveu dar o passo decisivo para que as terras ocupadas por nós fossem demarcadas e passassem definitivamente legalmente a nos pertencer pois existem várias pessoas que se dizem donas de tais terras e chegam a fazer cercas se apossando assim das terras indígenas que há muito tempo são nossas e que eram antigamente em torno de aproximadamente 200.000 alqueires de terra

que atualmente não chega sequer a 30 alqueires juntando-se todas as áreas ocupadas por nós agora.

Assim as terras da aldeia da Barragem foram reduzidas de nove para quatro alqueires, e na aldeia Krenak do Município de Resplendor foram reduzidas de novecentos para treze alqueires.

Assim sendo queremos pedir que sejam tomadas providências no sentido de que nos sejam devolvidas as terras por nós ocupadas anteriormente e hoje em mãos de pessoas que as querem apenas explorar financeiramente e que nos querem fazer de empregados pois na aldeia de Pro-Mirim existe um senhor de nome Otacilio Lacerda que está usando alguns índios apenas para tentar se apossar de mais alguns alqueires dizendo-se dono delas mesmo sabendo que elas nos pertencem.

Esperamos também que sejam reconsideradas as terras que pertencem aos tupi-guarani da aldeia de Nova Esperança, onde os índios foram declarados invasores da terra e acabaram perdendo esta área para outra tribo de índios, no município de Aracruz. Portanto eles ficam dependendo dos tupiniquins cuja área demarcada foi reduzida em benefício da Aracruz Celulose.

Queremos também que sejam destinadas verbas para a aldeia Krenak Resplendor do Estado de Minas Gerais para que sejam feitas escola, posto médico e a compra de um trator pois precisamos fazer uma lavoura para nossa sobrevivência.

Nos também queremos dizer que não queremos que a FUNAI faça os seus postos dentro de nossas terras porque depois de algum tempo eles mesmos tomam conta de tudo e começam a mandar e desmandar, e nós não podemos fazer o que é melhor para nós. Dentro de Minas Gerais em Resplendor o próprio representante chegou a expulsar os índios de suas terras para dar lugar a fazendeiros que hoje soltam seus bois e vacas dentro de nossas terras para pastar.

Desejamos ser autorizados a vender em Praça pública os objetos de artesanato feitos por nós sem que as autoridades civis nos prejudiquem fazendo com que fiquemos dependendo da assistência de outras pessoas.

Finalmente queremos dar todo o apoio a nossa nova entidade só de índios, que assim podemos ter força e exigir o que é nosso, todos juntos.

ATA DA REUNIÃO

Dada ao número muito grande de participantes a comissão organizadora, como forma de dinâmica mais eficaz, propôs estudos de problemas segundo participantes de distintas regiões. Nestes casos os grupos indígenas do estado de MT levantaram os problemas seguintes:

A - TERRA1. Invasão de Terras

Foram as seguintes tribos indígenas que acusaram a invasão de suas terras, Xavantes, Kaiabi, Nambikuara, Pareci e Karajá.

Com a intervenção da 5ª D.R. juntamente com a P.F. no território Nambikuara, fica por enquanto solucionado a questão da invasão, porquanto a terra fica sem solução de demarcação. Os Xavantes através de suas lutas estão no processo de retomada das terras e assumem sua defesa.

Os demais, Kaiabi, Pareci, Karajá, continuam com problema de invasão sem vista de uma solução imediata.

Os Kaiabi enfrentam a permanência da hidrelétrica CEMAT em sua área.

2. Demarcação

As tribos Pareci, Nambikuara, Bakairi e Karajá reclamam a demarcação de seus territórios. Tem feito reiterados pedidos junto a FUNAI mas até hoje as perspectivas continuam as mesmas.

As tribos Kraho, Xavante e Canoeiro tem suas terras demarcadas e delimitadas mas os Canoeiros pretendem aumento de área, enquanto que os Xavantes vêm a necessidade de rever o processo de demarcação para a garantia futura.

Os Kraho vêm na demarcação uma garantia de vida para seus filhos e netos.

3. Documentação

Os Xerentes reclamam a necessidade de documentação de terras, assim também os Nambikuara que exigem decreto de criação de sua área (titulações).

Os principais temas lançados sobre a questão da assistência foram os seguintes:

### 1. Escola:

As tribos indígenas Pareci, Nambikuara, Kaiabi, Xavante e Bakairi sentem o problema de falta de escola, professores e professoras como também preocupação pelo motivo do Nambikuara verem seus filhos sem alfabetização.

A nação Xavante condena a atuação da missão salesiana por querer impor sua vontade sobre a comunidade indígena. Tanto é que na aldeia de S. Marcos conseguiu-se diminuir o poder da missão e sua interferência nas decisões internas dos grupos. Os salesianos de S. Marcos patrocinam o lecionamento de aulas.

Há a necessidade de se fazer planos de alfabetização necessário para que o índio possa complementar a educação dentro de suas tradições culturais.

### 2. Saúde

Os grupos Pareci, Nambikuara e Kaiabi fizeram menção à questão de saúde. Enquanto os Kaiabi dizem ter problemas nesse aspecto, os Pareci pensam como adquirir enfermeiros (as) indígenas capacitados para auxiliar o grupo, como no caso de uma atendente de enfermagem Pareci que trabalha na área Nambikuara do Tiariti. Em S. Marcos os missionários dão assistência de saúde.

### 3. Pessoal da FUNAI

As tribos Kraho, Bakairi e Xavante fizeram críticas e condenaram a atuação de chefes de P.I. que não trabalham de acordo com a comunidade como o não apoio na defesa das terras, uso de bebidas alcoólicas pelo pessoal da FUNAI, roubo de material do patrimônio da FUNAI e indígena; abuso de autoridade do chefe de P.I. e outras coisas mais. Por isso algumas comunidades exigem a demissão de chefes de P.I. que não trabalham de acordo com as comunidades. Os Xavantes não aceitam o chefe de ajudância de Barra do Garça.

A tribo Kraho exige que todos os benefícios de ajuda em dinheiro ao seu grupo seja administrado pelo próprio índio, enquanto que os Bakairi reclamam que o chefe do P.I. controla comercialização do arroz.

Os Pareci criticam o posicionamento do delegado da 5ª D.R. no episódio de intervenção armada em duas aldeias pela polícia civil e delegado da polícia de Diamantino. O delegado da FUNAI está ao lado dos fazendeiros.



Levantou-se também a necessidade das próprias comunidades colherem seus chefes de P.I.

- PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Outra questão muito importante levantada pelas tribos indígenas de MT foi a questão de projetos de agricultura mecanizados, com também de outros recursos motorizados, assim como condção (carros pequenos e carros de transportes).

1. Tratores, implementos e insumos - colheadeiras

As tribos Pareçi, Nambikwara, Bakairi, exigem a necessidade de possuírem tratores para desenvolver lavoura mecanizada como forma de melhorar o atual padrão de economia e subsistência.

2. Carros

Os Bakairi exigem que a viatura da aldeia, que é da FUNAI, esteja para o controle dos índios. Assim como os Xavantes exigem que estejam sob seu controle o rádio para facilitar a comunicação com outras aldeias e com o presidente da FUNAI.

3. Agricultura

A tribo Kuikuro exige implantação de um projeto de plantio de mandioca e mixirica. Como também os Bakairi sentem a necessidade de controle dos índios do processo econômico relativo ao patrimônio indígena. Em Marcos os Salesianos dão assistência de manutenção e orientação a parte técnica da agricultura.

- CONSERVAÇÃO DA CULTURA

Um tema de grande importância levado pelas tribos Kaiabi e Jarajá foi a defesa sócio-cultural, por exemplo:

1. Alcoolismo na Ilha do Bananal

Este fator leva a uma desintegração social e familiar, portanto cabe a nós líderes, caciques e representantes fazermos um trabalho de conscientização junto a nossas comunidades para erradicação da bebida.

2. Tribos Separadas:

A tribo Kaiabi sente a premente necessidade de encaminhar um processo para reunificação de seu grupo que está separado. Uma parte da tribo está nos rios dos Peixes e outra se encontra no Parque Nacional do Xingu. Isto ocorreu no tempo do SPI.

E - ESTUDANTES DE BRASÍLIA

Estiveram presente no grupo de trabalho estudantes índios, em Brasília, que entre outras coisas incentivaram a luta das comunidades indígenas. Assim se expressaram os três estudantes:

1. Bakairi

Os estudantes são como embaixadores indígenas em Brasília e a necessidade de estudar para assumir a liderança da FUNAI.

2. Karajá

Necessidade de apoio mútuo entre os estudantes e as comunidades que vivem nas aldeias.

3. Xavante

Estudar para preparar o futuro e a presença de estudantes em Brasília é estratégico porque aqui se encontra o poder de decisão da FUNAI. Deve crescer o número de estudantes.

F - PRESIDENTE DA FUNAI

O grupo de trabalho estudou também a questão de manobras que existem dentro da FUNAI para derrubar o atual presidente, como também se frisou a importância de pedir demissão de certos funcionários dentro da FUNAI que tem trabalhado contra os interesses indígenas.

1. Apoio ao Presidente

Os Xavantes, através do cacique Aniceto defenderam o apoio ao atual presidente e a demissão do coronel Zanoni, Anael e outros maus servidores da FUNAI, esse apoio é enquanto o presidente assumir a defesa dos interesses indígenas junto com os índios. Criticaram também o presidente da República e Ministro do Interior pela falta de verbas para a FUNAI promover trabalhos em suas comunidades.

As tribos Kuikuro, Krahó e Pareci também disseram da necessidade de se apoiar o atual trabalho do presidente da FUNAI.

A dinâmica de trabalho proposto pela comissão organizadora, isto é, a eleição de um orador geral, coordenador, dois secretários. Todos os índios não foi possível funcionar em nosso grupo de trabalho devido as circunstâncias de diferentes níveis de compreensão dos integrantes do grupo. Mas o importante mesmo é o peso da avaliação do encontro no seu aspecto de validade e autenticidade.

Parecer Kraho

Importância de solidariedade intertribal para lutar pela nossa verdade e reconhecer a importância do branco que apoia (novidade da reunião).

Parecer Xerente

Alegria de encontro com outras nações.

Parecer Bakairi

Nunca participaram de uma reunião como esta e frisam a importância, a solidariedade intertribal.

Parecer Kuikuro

Primeira vez que participam deste encontro. Fica contente pela participação de outros índios.

Parecer Xavante

O encontro serve para abrir os olhos à exploração, enganos e tapeação, principalmente dos servidores da FUNAI. Um dos objetivos do encontro é apresentar relatório da situação das comunidades indígenas ao Presidente da FUNAI.

- Importância de reunião de 250 pessoas para UKI.
- Elogia ao trabalho de Álvaro e Marcos da UKI.

Parecer Kaiabi

Primeira vez que vem na reunião e fica satisfeito de encontrar com lideranças.

Foram 41 índios, caciques, líderes e representantes que expuseram seus pensamentos, seus problemas, seus anseios, tendo cada um 10 minutos de pronunciamento. Anexo lista completa dos participantes:

Com base nesses pareceres das lideranças percebe-se a necessidade de uma continuidade desses encontros, deste que sejam promovidos:

por uma entidade autônoma de índios.

Como conclusão da reunião, elaborou-se a lista de reivindicações anexa, a ser assinada pelos representantes indígenas.

Brasília, 08 de junho de 1982

A Coordenação.

LISTA DE PARTICIPANTES

(ORADORES)

1 - KRAHÓ

Cacique João Canuto

Conselheiro Póhi Aleixo

Cacique Valdomiro

Cacique Pedro Penon

Cacique Tadeu Rodrigues da Silva

Caciqua Antonio Cavalcante

Gerente de Capitão Getúlio Orlando Pinto

2 - XERENTE

Cacique Joaquim

Vice-cacique Gerson

3 - BAKAIRI

Jeremias Poiure - representante

Cacique Vicente Kaimoro

Representante Odil Apacano

Representante Estênio P. Poreaw

Representante Juliano Pauáka

Estudante Estevão Taukane

4 - ZUIKURO

Cacique Naho

5 - XAVANTE

Cacique Antônio

Cacique Otaviano

Cacique Aniceto

Cacique Abrão

Cacique Benedito

Cacique Celestino

Cacique Joãosinho

Cacique Miguel

Cacique Simão

Cacique Benjamin

Cacique Augusto

Secretário do Cacique Josias

Estudante Jeremias

6 - KARAIÁ

Estudante Lurerrete

7 - KAIABI

Representante Gilberto Kutay

Vice-cacique José

8 - NAMBIKWARA

Cacique Adalberto

Representante Luís Campos

9 - CANOEIRO

Representante Cláudio

10 - PARECÍ

Representante Daniel Cabixi

Representante Juscelino Nozokãê

Representante Dilson Zokezomãê

Representante Jaime Azonezokenas

# RELATÓRIO- GRUPO CENTRO OESTE

No dia 8 de junho de 1982 foi realizada uma reunião pelas diversas tribos do sul de Mato Grosso, na sede da Contag em Brasília-DF onde foi organizado uma entidade, que lhe foi dado o nome de: Conselho das Comunidades Indígenas Centro Sul e este mesmo foi dividido por grupos que seriam responsáveis pelos diversos problemas como: Educação, Saúde, Terras, Agricultura, etc.

## I) Finalidades de sua criação

- Assegurar a participação do índio (liderança) no cumprimento da política indigenista da FUNAI
- 2) Recomendar as Comunidades a responsabilidade na procura da auto sustentação, aproveitando a iniciativa do índio e de sua comunidade.
- 3) Assessoramento das problemáticas indígenas dando sugestão, idéias na solução das questões internas nas aldeias

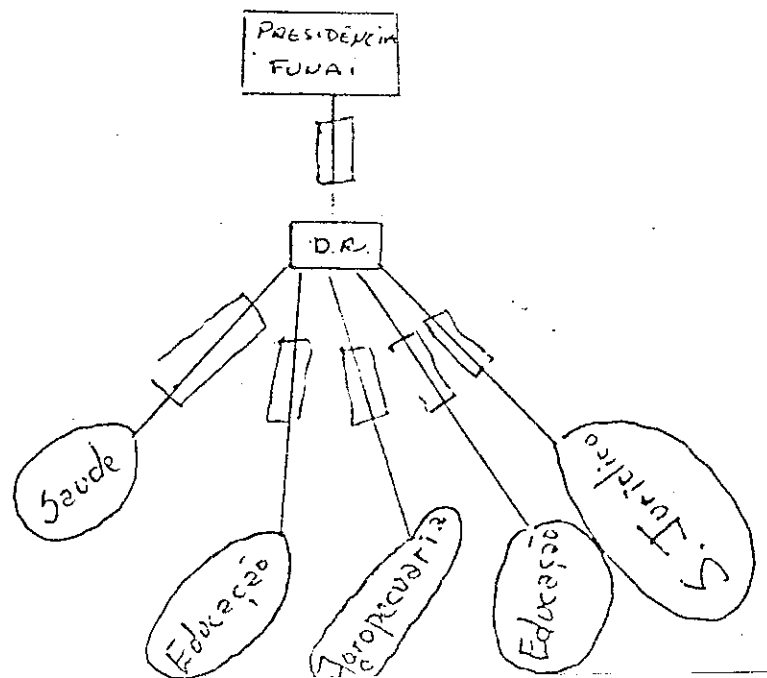
## II) Motivos ou Bases de sua criação

Estatuto do Índio, art-2º item VII

- 1) Executar sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos a beneficiar as comunidades indígenas
- 2) Instrumento de participação progressiva e harmoniosa a Comunhão Nacional.

## III) Área de Abrangência: Saúde, Educação, Agropecuária, S. Jurídico e Terras

- 4) Estrutura que se divide em Assessorias



Na abertura dos trabalhos no dia 7 de junho às oito horas iniciou-se a reunião da Região Centro Oeste (MS), observando-se a importância de unidade entre as lideranças, indicando-se um coordenador índio Terena Domingos Verissimo Marcos, Secretários: Elisto Lili e Alisio Lili, Orador Reginaldo Miguel.

Lamentou-se na Reunião a ausência de outros grupos indígenas: Kadiveo, Guarani, Guató e Kaiowa. Mas lembrou-se pelos líderes de que a luta destes ausentes é identificável com a nossa, também pela procura de unidade. Seria então impossível esquece-los na mesa dos debates, inclusive porque foram impossibilitados de participar desse encontro pelos empregados regionais da FUNAI.

Ouviu-se a palavra de líderes indígenas tais como: Carlos Vilauva da tribo Guarani, o representante Tiburcio Sobrinho da Aldeia de Arriba, S. Paulo, Capitão Modesto Pereira da Aldeia de Bananal, Chagas Samuel da Aldeia de Agua Branca. Relataram de forma clara sobre as necessidades variadas de suas comunidades e lembraram a importância de ações maiores nas áreas de saúde, educação, agricultura e principalmente no que se refere a questões de demarcação e legalização das terras. Evidenciou-se nas discussões, de forma generalizada, a problemática da demarcação e legalização das terras. E unânimes, lideranças e representantes reconheceram ser esta questão de suma importância, considerada portanto da maior urgência e elevada prioridade. Votou-se então na necessidade de incluir um documento a ser encaminhado ao Presidente da FUNAI a questão terra, em nome de todas as comunidades de Mato Grosso do Sul, dando-se prioridade as tribos Guató- que estão sem terra e Kadiveo- com terra demarcada mas invadida.

O Cacique Carlos Vilauva apresentou o problema da Aldeia Paraguaçu e solicitou que este problema seja também relatado no documento a ser entregue pela UNI ao Presidente da Funai. Segundo ele setenta pessoas da aldeia Paraguaçu, cujo cacique é Pancho Romero, foram transferidas para a aldeia Amanbai contrariamente à sua vontade em 1980. Estes índios Guarani de Mato Grosso do Sul foram transferidos por pressão do fazendeiro que se apossou de suas terras com a parti



criação de um funcionário da FUNAI que os transportou à força.

O representante do grupo Terena Lisio Lili lembrou das várias reuniões já realizadas de caráter estadual e mesmo nacional em que tribos variadas participaram, sempre voltadas na tônica seguinte - o de reivindicar suas necessidades - mas por experiência própria e mesmo de outros líderes, têm sido infrutíferas. No que propôs às lideranças e representantes presentes a criação de uma ação posicionada e organizada, corporificada através de comissões regionais para esplanção de problemas de cada região à Funai, para agir juntamente com a Funai no encaminhamento de soluções destes problemas.

A criação desta comissão deve ser incluída no bloco de medidas a ser encaminhada ao Presidente da Funai - Paulo Moreira Leal, nos seguintes moldes:

- 1-Escolha do nome da entidade
- 2-Finalidades
- 3-Justificativa de sua criação
- 4-Áreas de ação das comissões: Saúde, Educação, Agropecuária, Setor Jurídico e Terra
- 5-Sua estrutura (Cronograma).

Todas as lideranças e representantes discutiram e unânimes reconheceram esta comissão como mecanismo de garantia da satisfação das necessidades das comunidades. A criação desta comissão está garantida inclusive pelo Estatuto do Índio Lei 6001, /79.

Comissão indicada para elaborar a presente proposta:

*Guilherme*  
*Guilherme*  
*Isaias*  
*Isaias*

Durante o encontro do grupo centro Oeste estiveram representadas as seguintes aldeias:

Município de Aquidauana: Bananal, Ipegue, Lagoinha, Jaragua, Morrinhos, Agua Branca e Limão Verde

Município de Miranda: Moreira, Passarinho, Cachoeirinha, Argola.

Mun. Iguatemi: Porto Lindo

Mun. Baurú: Araribá

Assim representados:

Bananal: Modesto Pereira-Capitão, Ipegue: Anacleto Luhe, Capitão;  
Lagoinha: Lourenço Loreira, Capitão; Jaraguá: Felix Pio-Representante;  
Morrinhos: Gabriel Pereira-Capitão; Agua Branca: Chagas Samuel-Capitão;  
Limão Verde: Amancio Gabriel-Capitão e Agostinho da Silva-Vice capitão;  
Moreira: Fernando Antonio, Vice Capitão; Passarinho: Marcelino Pereira, Representante; Cachoeirinha: Sabino Albuquerque, representante;  
Argola: Rufino Candelario, Capitão; Iguatemi-Porto Lindo: Carlos Vilhalva; Araribá: Tiburcio Sobrinho.

REINVINDICAÇÕES (por aldeia)

MOREIRA e PASSARINHO

- Demarcação da sua area e reconhecimento das terras habitadas pelo proprios indios e não demarcadas
- Saude- convênio com Ministério da Saude que se encarregaria de entrar em contacto com os laboratórios para fornecimento as comunidades indigenas.
- Equipamento de enfermaria e móveis.
- Transporte: Viatura para transporte dos estudantes
- Contratação de um motorista.

MORRINHO

- DEMARCAÇÃO DA ÁREA
- Construção de um depósito para guardar a produção
- Construção de uma enfermaria e suas instalações

CACHOEIRINHA

- DEMARCAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DAS TERRAS
- Educação-Construção de uma escola para Argola e Aldeia de Morrinho
- uma geladeira para a escola.
- uma viatura para os alunos que estudam na cidade de Miranda que dista 13 km da aldeia.
- Assistência médica e odontológica trimestral na aldeia
- 100 rolos de arame farpado para operação da cerca dos limites
- uma lona de 6X8

JARAGUA - Demarcação da área

- um depósito para guardar cereais
- dois mil metros de mangueira
- uma caixa d'Agua de cinco mil litros

LAGOINHA

- SAUDE-Construção de uma enfermaria com instalação sanitária e elétrica e medicamentos
- Construção de uma escola com a capacidade de 100 alunos e carteira
- Construção de uma caixa d'agua de 5.000 litros.

REINVINDICAÇÕES (cont..)

LAGOINHA

- Lavoura- construção de um depósito com a capacidade de 3.000 sacas.
- 20 rolos de arame farpado
- um trator para lavoura da comunidade
- DEMARCAÇÃO DA ÁREA

BANANAL

DEMARCAÇÃO DA ÁREA

- um engenho médio para fabricação de rapadura.
- arame farpado para limites de 7.00mts. quadrado
- bolsas de estudo para os estudantes
- É indispensável que seja rigorosamente respeitada a função do cacixi que e do Conselho tribal das comunidades indígenas por parte do chefe do P.I.

Aldeia P.I. Porto Lindo

DEMARCAÇÃO DE ÁREA

- Construção de uma escola, vsito que há muitos alunos

Geral

Convenio com laboratórios de análises e Raio X

Ambulância para transporte de doentes em estado grave que precisam de remoção urgente para hospitais.

Brasília, 8 de junho de 1982

I ENCONTRO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL  
RELATÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE

Aos sete dias do mês de junho, em salão da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), foi realizada a reunião dos líderes indígenas da região nordeste, que participam do I Encontro dos Povos Indígenas no Brasil. Estiveram presentes 15 líderes das tribos: Pataxó, Kiriri, Pankararé, Tuxá, Xocó, Kariri-Xocó, Fulnô, Kapinawa, Tingui-Botó, Xucuru-Kariri, Pankararu, Atikum, Truká, Potiguara, sendo feitas as seguintes reivindicações:

PATAXÓ (Coroa Vermelha - BA)

Constituem um núcleo que vive na área onde foi rezada a primeira missa no Brasil, está sendo loteada hoje por uma firma local.

Reivindicam a demarcação da área que ocupam e imediata retirada dos invasores. Necessitam também uma escola e verba para aquisição de um barco e material de pesca.

KIRIRI (BA)

Os Kiriri tiveram suas terras demarcadas há mais de um ano atrás, no entanto, até hoje não foram tomadas as medidas para homologação definitiva da reserva, cuja validade vêm sendo contestada pelos fazendeiros. Os invasores já derrubaram três marcos da demarcação.

Reivindicam retirada dos posseiros Arthur Miranda e François. Solicitam ainda, remessa de verbas para agricultura.

Acervo  
ISA

PANKARARÉ (BA)

O grupo não tem nenhuma assistência da FUNAI e exige o cumprimento das promessas por ela feita no sentido de instalar um posto indígena e dar assistência médica e escolar.

Reivindicam a demarcação das terras e a imediata suspensão da titulação das terras devolutas da área indígena em nome dos posseiros.

TUXÁ (BA e PE)

Os Tuxá não querem a demarcação de suas terras, querem a terra, porque a que atualmente ocupam será inundada pela represa de Itaparica, dentro de quatro anos.

Exigem justa indenização das benfeitorias, casa por casa, terra por terra, reivindicando a participação da comunidade no processo de definição da nova área, o que tem que ser feito o quanto antes. Por enquanto pedem que seja fornecido um trator e que seja criada uma escola indígena que empregue as professoras Tuxá.

XOCÓ (SE)

Em dezembro de 1979 foram desapropriadas pelo governo estadual seiscentas tarefas de terra para os índios Xocó, terras estas que já lhe pertenciam. Na realidade a área em questão correspondia apenas a trezentos e dezenove tarefas. Reivindicam o restante da terra desapropriada e mais a légua em quadra - a Caiçara - onde ficam o cemitério e o terreiro dos seus antepassados, que estão sendo destruídos pela família Brito que controla a área e aneaça constantemente os índios.

Exigem a imediata documentação das terras da Ilha de São Pedro, que desde a desapropriação ainda não foi devidamente regularizada. Esta irregularidade é alegada pela FUNAI para lhes negar toda a assistência solicitada.

Pedem também a contratação da professora pela FUNAI, exigem também um Posto Indígena e assistência médica.

As terras dos Kariri-Xocó estão invadidas por posseiros que hostilizam os índios e os impedem de trabalhar. O gado dos invasores frequentemente entra na área reservada ao ritual do Ouricuri. Durante a realização desse ritual os índios tem dificuldade de acesso a água e estão proibidos de retirar água das terras dos fazendeiros. Solicitam, portanto, a construção de uma barragem nesta área.

Exigem a expulsão dos posseiros e a demarcação da suas terras. Reivindicam assistência médica, casa para a enfermeira e para os índios, pois muitos não tem onde morar.

WASSU ( Aldeia do Cocal - AL)

Os Wassu tem hoje apenas 300 hec. de terra, os índios exigem a demarcação total de 57.000 mil hec. cuja posse imemorial esta comprovada em documentos históricos. A terra que reivindicam lhes foi dada pelo Imperador como recompensa pela participação destes índios na guerra do Paraguai. Tal documentação existe na própria FUNAI em processo nº1450/BSB 1979.

Reivindicam a retirada imediata dos posseiros que, ameaçam constantemente as lideranças indígenas de Cocal, mandando pistoleiros armados de espingarda à área para fazer tocaia às lideranças indígenas, que lutam para ter de volta suas terras. José Roque Amaro, Amaro Batista, Severino Claurindo, José Marinho de Omena, Durval, Cazuzza, Dr. Luiz Alvim e Abelardo Cavalcante Lins são alguns dos muitos invasores que tem causado tensão na comunidade e que precisam ser retirados pela FUNAI com urgência para evitar derramamento de sangue.

Exigem também que o posseiro Amaro Batista seja impedido de derrubar a sua igreja, para transferi-la para sua área e seu controle. Por fim, querem também que a FUNAI respeite as reivindicações que já foram entregues ao Diretor do DGO em Brasília, pela comunidade de Cocal.

FULNIÔ (PE)

Os Funiô tem suas terras demarcadas, mas não tem condições de ocupa-

-las por falta de recursos. Exigem verbas para produção agrícola para  
 aos pouco possam liquidar os arrendamentos nas suas terras, enquanto  
 isso é necessário que a FUNAI deixe de cobrar a taxa de 30% dos arrendamentos.

Reivindicam apoio para os estudantes que querem continuar seus estudos fora da aldeia e a contratação dos índios graduados da aldeia.

KAPINAWÁ (PE)

Os Kapinawá vêm sofrendo pressões dos grileiros, chefiados por Zuza Tavares, que desejam ocupar suas terras. A comunidade já sofreu três tiroteiros, sendo que existem, atualmente, três índios presos sem nenhum respaldo jurídico para tais prisões.

Exigem a demarcação e segurança de suas terras, garantia de vida e garantia de ida a feira de Catimbáú.

Reivindicam assistência da FUNAI com a criação de um posto indígena, professoras para a escola que eles próprios construíram e vem mantendo, e assistência médica, porque hoje os índios tem que andar duas léguas até a cidade mais próxima.

PANKARARU (PE)

Os Pankararu de Brejo dos Padre exigem a expulsão dos posseiros que vem constantemente invadido suas terras. Os índios não tem aonde trabalhar, tendo muitas vezes que arrendar sua própria terra invadida.

Reivindicam assistência para projetos agrícolas, assistência educacional e médica. Exigem também que todos os funcionários que trabalhem com os Pankararu sejam índios; e pedem cobertura do Exército e da polícia federal.



Exigem a demarcação de suas terras que se encontram invadidas. Necessitam de apoio para agricultura, trator, verbas para construção de poços artesianos e casas para a comunidade.

TRUKÁ (PE)

Há quarenta anos os Truká lutam para conseguir de volta suas terras na Ilha de Assunção, que atualmente esta ocupada por uma empresa do estado de Pernambuco, a SEMEPE, que hostiliza os índios.

Recentemente eles conseguiram recuperar 150 hec. dos 350 hec. de terra que legalmente possuem; os 200hec. restantes continuam ocupados pelos invasores. Os Truká exigem a imediata liberação de suas terras e a demarcação definitiva de toda sua área, num total de 1200hec.; incluindo a Igreja Nossa Senhora da Assumpção, cercada atualmente pela SEMEPE que ameaça destruir a igreja.

Reivindicam escolas, médicos e apoio agrícola com projetos que possam ser executados pelos próprios índios e não pela SEMEPE.

TINGUI-BOTÓ ( Olho D'Agua do Meio, Feira Grande, AL)

Os Tingui-Botó não possuem terras para agricultura, apenas 3hec., área reservada para o ritual do Curicuri. Por não terem terra, são obrigados a trabalhar em usinas de cana-de-açúcar e a fazer artesanato que vendem por preços muito baixos. Exigem que o presidente da FUNAI juntamente com as autoridades competentes dematque e libere suas terras. Reivindicam, também a instalação de um posto da FUNAI, escola e assistência médica com urgência.

XUCURU-KARIRI (AL)

Os Xucuru-Kariri tem direito a uma légua em quadra de terra, em torno da igreja matriz. de Palmeira dos Índios, mas ocupam apenas 735hec. da Fazenda Canto e 118hec. da mata da Cafurna. Exigem a demarcação de toda a área a que tem direito, para por fim as desavenças internas.

Querem, também, que os ocupantes de seu território paguem aos Xucuru Kariri o imposto que hoje é pago ao INCRA.

Reivindicam projetos agrícolas, assistência médica e educacional, inclusive com fornecimento de bolsa de estudos para os índios que estudam fora da área indígena.

Exigem a retirada dos funcionários incompetentes da FUNAI e maior acesso dos índios à cargos de direção do órgão, absorvendo a mão-de-obra capacitada que existe na região.

POTIGUARA (PB)

Os Potiguara exigem que a FUNAI confirme com engenheiros a demarcação que os próprios índios estão fazendo, e a imediata homologação da reserva, com a expulsão de todos os invasores.

Reivindicam o controle do projeto do governo do estado que existe na área e a retirada da polícia militar que tem causado problemas na área.

REIVINDICAÇÕES GERAIS

- IMEDIATA DEMARCAÇÃO E LIBERAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS.
- DEMISSÃO IMEDIATA DO CHEFE DA AGESPE, CORONEL IVAN ZANONI, QUE PREJUDICA AS COMUNIDADES INDÍGENAS DO BRASIL, PRINCIPALMENTE DO NORDESTE.
- ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL E BOLSA PARA ESTUDO FORA DA ALDEIA.
- ASSISTÊNCIA MÉDICA.
- APOIO AGRÍCOLA, COM PROJETOS QUE POSSAM SER DESENVOLVIDOS PELOS PRÓPRIOS ÍNDIOS.
- ASSISTÊNCIA DA FUNAI ÀS ÁREAS AINDA NÃO RECONHECIDAS (PANKARARÉ,

Acervo  
ISA

Ó, TINGUI-POTÓ, WASU, KAPINAWÁ e TRUKÁ).

- DESTITUIÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS INCOMPETENTES DA FUNAI.
- MAIOR ABSORÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDÍGENA CAPACITADA PELA FUNAI.

BRASILIA 09 de JUNHO de 1982